



ESTADO DO PIAUÍ

CÂMARA MUNICIPAL DE RIACHO FRIO - PI

Rua Jensoney Mascarenhas, S/N° - Centro.

Ed. Vereador Jerônimo Castro Morgado

CEP: 64.975-000 - Riacho Frio – PI.

CNPJ: 04.254.784/0001-35

ATA DA 3ª (TERCEIRA) SESSÃO ORDINÁRIA DO 4º (QUARTA) ANO DA 6ª (SEXTA) LEGISLATURA DA CÂMARA MUNICIPAL DE RIACHO FRIO/PIAUI

Aos 04 (quatro) dias do mês de março do Ano Legislativo de 2020 (dois mil e vinte), foi realizada Sessão Ordinária na sede provisória do Poder Legislativo de Riacho Frio-PI localizada à Rua Antônio Mascarenhas, s/n – Centro, conduzida pela Excelentíssima Senhora Presidente - Vereadora SUELANE MARTINS DA CUNHA. A sessão foi aberta às 19:45h e registrada a presença da Excelentíssima Senhora Vereadora ADELAIDE BENVINDO MASCARENHAS NETA SAMPAIO e dos Excelentíssimos Senhores Vereadores ÉVERSON XAVIER DE CASTRO, JOSÉ ANTONIO FILHO, MARCELO ALVES DE SOUZA, PAULO ROBERTO LUSTOSA DIAS e WALMERI NOGUEIRA RODRIGUES. Ausente sem justificativa comprovada o Vereador JÂNIO CÉSAR DE ARAÚJO e NELTON BEMBEM CORDEIRO. **Pequeno Expediente** na conformidade do artigo 132 do Regimento Interno, **LEITURA e assinatura** da Ata da Sessão Ordinária nº 002 de 19 (dezenove) de fevereiro de 2020 (dois mil e vinte). **Grande Expediente** em consonância com o artigo 133 do Regimento Interno, a Presidente da Mesa Diretora fez esclarecimentos que o Tribunal de Contas do Estado do Piauí (TCE/PI) buscou normatizar a padronização do entendimento a respeito de como disciplinar o ajuste de subsídio de Vereadores e a Câmara já fez o ajuste desde a folha de janeiro, que no momento, a Câmara vem disciplinar o ajuste oferecido com data retroativa a 1º (primeiro) de janeiro de 2020 (dois mil e vinte) e deu **CONHECIMENTO** do PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 001/2020, que “concede revisão geral anual quanto a remuneração dos servidores públicos e ao subsídio dos vereadores que integram o Poder Legislativo Municipal de Riacho Frio-PI e dá outras providências”. **Ordem do Dia** de acordo com o artigo 134 do Regimento Interno, não houve matéria nem discussão. **Considerações Finais** conforme artigo 135 do Regimento Interno desta Câmara, a Presidente informou que em 27 (vinte e sete) de fevereiro do ano em

curso foi realizada reunião interna com a Comissão Permanente de Licitação (CPL) para tratar do aditivo ao Procedimento Licitatório 001/2019 para realização da reforma do teto do prédio oficial da Câmara e que no final vai expor um banner com a prestação de conta da obra e serviços. Na mesma data foi realizada reunião interna onde todos os Vereadores eram parte, tendo comparecido apenas cinco Vereadores para tratar da necessidade de entrar com representação nos órgãos parceiros, Ministério Público do Estado do Piauí (MPPI), Ministério Público Federal (MPF) e Tribuna de Contas do Estado do Piauí (TCE/PI) para que seja investigado o pagamento de agentes políticos e secretários municipais, diárias no Executivo, Secretarias inativas e omissão na alimentação de Portal da Transparência, que os Vereadores que não estiveram na reunião e desejam que seja realizada a investigação ainda podem assinar junto aos demais para que as representações sejam encaminhadas à assessoria jurídica da Casa e protocolada nos órgãos a que destinam. A Presidente informou ainda que dia 07 (sete) de março será realizado palestra e curso voltados para os Microempreendedores Individuais (MEI) organizado pela Câmara Municipal em parceria com o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE). Em relação ao não fornecimento de energia no prédio oficial do Poder Executivo a Presidente disse ter estabelecido contato a respeito do assunto e obteve a informação de que o Município conseguiu uma liminar e a Equatorial tem até o dia 05 (cinco) de março para reestabelecer o fornecimento de energia. Tangente a Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública (COSIP), disse que tem que analisar, votar e aprovar a proposta de distribuição das alíquotas ainda no primeiro semestre par inserir na Lei de Diretrizes Orçamentária 2021 (LDO/2021). Falou das divergências de dados que a Prefeitura Municipal de Riacho transmite à Receita Federal do Brasil que prejudica aos contribuintes em diversos momentos da vida trabalhista, como interferência no cálculo de aposentadoria e malha para ter acesso à restituição de imposto de renda. No que diz respeito à Regularização Fundiária Urbana (REURB) o Tribunal de Justiça do Estado do Piauí (TJ/PI) já fez a campanha educativa e emitiu minuta para os Municípios adequar. O Vereador Marcelo Alves cogitou a respeito da instauração de uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI), alegando que há falhas na assessoria jurídica da Casa em relação às orientações dadas. A Presidente replicou na condição de Mesa Diretora está para apoiar. A Vereadora Adelaide Benvindo mencionou que as escolas rurais do Município foram “fechadas” ficando apenas a

Escola Manoel Ferreira Rocha ativo. Quanto às máquinas do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) ver esse equipamento sendo colocado para coletar lixo urbano, como também na propriedade do gestor em Parnaguá. O Vereador Paulo Roberto Dias relatou sobre um trator de propriedade do Município que a última informação é de estava numa propriedade no município de Cristalândia do Piauí. Da mesma forma uma ambulância, uma D-20 e um micro-ônibus pertencentes ao Município não tem informações de onde estão, que “sumiram” sem o processo passar pela Câmara. E frisou que já foi proprietário da mesma, até tentou legalizar o carro, mas foi tomada pela polícia. O Vereador Marcelo Alves tendo conhecimento do trator disse que ainda podem fazer isso. Com a palavra, o Vereador Walmeri Rodrigues chamou atenção para a garantia dos direitos dos cidadãos que as ruas da cidade estão sem manutenção. Referiu que os concursos realizados em 2002 (dois mil e dois) e 2006 (dois mil e seis) respectivamente as aulas estão voltando e não foi realizado a manutenção das estradas citando Currinhos, Miroró, Chapada dos Cocos, ainda falta transporte escolar para atender os estudantes da localidade Currinhos. Quanto aos veículos sucateados vendidos irregular, como o trator que já foi em uma oficina mecânica em Corrente, da mesma forma o micro-ônibus foi vendido de forma “indecente”. O Vereador José Antonio Filho cita que bens pertencentes ao Município estão sendo usados por particulares a exemplo do curral da matança. A Vereadora Adelaide Benvindo diz que o espaço do curral da matança está largado ao fundo da sua propriedade não está sendo utilizado. O Vereador Marcelo Alves diz que já fizeram requerimento dos registros dos bens públicos, mas não foram atendidos. Diante das colocações a Presidente da casa arguiu que a Câmara tem que buscar informações a regularizar algumas situações do Município, como: o hospital e requerer o leilão dos veículos inservíveis. Não havendo mais nada a tratar, a Presidenta da Mesa Diretora encerrou a Sessão Ordinária e foi lavrada a presente Ata, que depois de lida e achada conforme será assinada.